



RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA NO CONTEXTO ESCOLAR

CLAUDIANE MORAES VIEIRA¹

JOSÉ CARLOS DE SANTOS²

CÁSSIO CRISTIANO DAMASCENO SANTOS³

ANTÔNIO CARLOS SANTOS SILVA⁴

RESUMO

Este artigo aborda a religiosidade de Matrizes Africana como fonte de silenciamento no contexto escolar. A busca pela transformação da Sociedade no reconhecimento dos sujeitos e seus lugares de pertencimento, tem como objetivo compreender que educando e educandas candomblecistas umbandistas da educação básica, faz -se necessário enfatizar os efeitos da religiosidade no espaço escolar quanto as formas de silenciamento e a exclusão da religiosidade de Matrizes africanas no processo de formação da cidadania. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, quanto ao seu procedimento os resultados deste estudo nos mostram que as tensões entre religiões de matrizes africanas e escola se relaciona com crianças que praticam candomblé.

Palavras-chave: Escola, Educação, Religiosidade, Matriz africana, Preconceito

¹ Professor de Educação Física. Discente do Curso de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População negra. ODEERE-UESB. Email: eclaudianemoraes@hotmail.com

² Professor de Biologia. Discente do Curso de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População negra. ODEERE-UESB.

³ Professor de Educação Física. Discente do Curso de Extensão Aspectos Sociais e Cuidados em Saúde da População negra. ODEERE-UESB.

⁴ Doutor em Ciências da Saúde. Docente Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



INTRODUÇÃO

A escola deve ser um espaço privilegiado de inclusão de reconhecimento e pertencimentos dos sujeitos sociais envolvidos às relações preconceituosas e discriminatórias. Nesse campo diverso onde tudo acontece, nos remete a uma práxis de conteúdos e aos métodos e não buscam a história dos sujeitos na escola e com a escola.

A escola foi apartada da Sociedade e retransformou suas funções passando por um processo de sucateamento, sendo que a qualidade da educação, o currículo constitui pilares, avanços que colocam desafios aos problemas da contemporaneidade, propondo que a escola seja estimulada a desenvolver um Projeto Político Pedagógico (PPP) para o interesse e as necessidades dos envolvidos na sociedade e no espaço escolar. Ao reelaborar o PPP da escola, procura apenas resolver os assuntos pertinentes aos conteúdos, avaliações, projetos educacionais e não aborda estudo sobre a comunidade de entorno da escola, muito menos sobre a identidade dos alunos, muito menos na criação de mecanismos para atender a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 24º e 79b. A dinâmica sócio-econômica, política e cultural na escola, não acompanha o movimento social.

A qualidade da educação no contexto atual, da discussão faz entender que o currículo é também um espaço além de político, cultural. O currículo corresponde em síntese e uma forma política cultural, acentuando-se com a expressão política cultural a dimensão do processo de escolarização (MOREIRA apud GIROUX; MCLAREN, 1995, p. 10).

Em tempos de globalização, na atualidade o currículo constitui pilares da reforma cultural, esses avanços colocam desafios para responder os problemas da contemporaneidade, estimula a escola desenvolver um PPP, voltado as necessidades dos atores envolvidos que



atenda às necessidades da sociedade que está em processo contínuo de transformação. Deve atender as duas esferas totalmente diferenciadas. A primeira a questão técnica do processo educacional, a segunda com mais relevância, a formação desse currículo para que a escola tenha a mobilidade social, política, cultural e econômica adequada à realidade, e aos tempos de cada estudante, que desafie aos professores a superação de todas as dificuldades que serão encontradas diariamente na práxis docente, na qualidade que esse currículo terá na criação e recriação construção e desconstrução do espaço escolar afim de atender e contribuir para uma consciência global que identifique seus sujeitos e suas identidades

O professor, assume um elo de reconstrução que atenda às necessidades externas e internas, alunos, equipe administrativa e técnica e comunidade. Desde que a escola reconheça todos os problemas para enfrentar o processo de ensino- aprendizagem na desconstrução do espaço escolar, contribuindo para o processo da aprendizagem – alunos.

A CONCEPÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Pensar no ensino religioso, no perfil pedagógico e curricular, é discutir dentro da atual proposta, provocando um processo de discussão importante e necessária sobre o tema. Onde existe um paradigma e uma lacuna entre teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação o prescrito e o que sucede dentro das salas de aula. Deve ser concebido, com o objetivo de conhecimento próprio e objetivos específicos enfatizando os interesses e as necessidades dos sujeitos envolvidos na escola, tendo ênfase na formação cidadã a partir das concepções e contribuições das tradições religiosas e a sua afirmação para a humanidade.

A religiosidade tem um lugar na história, se destaca na organização da vida do indivíduo e da sociedade em geral, busca incessante de superação do ato das experiências da realidade.

Por questões éticas e religiosas e pela própria natureza, da escola, não é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios da conduta religiosa e confessional, já que esses são sempre propriedade de determinada religião (PCNER, 2002, p. 22).

A imposição no meio escolar, como preocupações político religiosas, onde há inúmeras formações religiosas será ministrada, é uma questão de educação pessoal, onde a opção religiosa do educador prevalece. Uma questão de ensino onde assimila, interioriza e aprende os conceitos, práticas e valores que caracterizam uma determinada cultura, sendo capaz de interagir de forma adaptada com o ambiente físico e social no seio da mesma? (COLL, 1991).

A relação entre a Igreja e o Estado, é uma questão histórica separando Ensino religioso sem confissão e de mera catequese. compreender os princípios da laicidade que acompanha os Estados Modernos.

De acordo com (Domingos, 2008), a laicidade é um princípio da República Francesa, que tem como ideal a igualdade na diversidade. É concebida como uma construção de uma sociedade livre que preserva o espaço público. Une o princípio da igualdade entre os seres humanos, fundada na autonomia de cada um. É a garantia da liberdade e pensamento do homem cidadão dentro da comunidade.

Ninguém pode ser perseguido por suas opiniões, mesmo religiosas, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública." {...} Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião" (Declaração dos Direitos do Homem, Arts.10e 18, 1979).



A RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA

Segundo Nelson Mandela, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender e se podem aprender a odiar, podem ser ensinados a amar.

A religiosidade de Matriz africana contempla as energias ancestrais tornar presente. O culto está ligado a igualdade e a diversidade que é o ponto diferencial, pois o respeito às diferenças está pela inclusão de todos e a dificuldade de conhecer o outro, a intolerância religiosa, o ódio religioso está em toda geografia. Não importa a religião, não podemos julgar ninguém, os direitos humanos, como fica? Se você critica a fé dos demais sua devoção é fraca.

O artigo 33 da LDB, ficou evidenciado que o ensino religioso deixou de ser meramente teológico e passar a assumir um perfil pedagógico de releitura das questões de sociedade brasileira orientados pelos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S). O ensino religioso no Brasil, beberá nas fontes da cultura oriental, ocidental e africana.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil vedada a qualquer forma de proselitismo (LDB N° 9394/06 art.33).

Fomos educados a pensar de forma engessada vendo a sociedade de forma semelhante, essa maneira de enxergar a Sociedade nos traz uma herança cultural de intolerância. Tudo o que diferencia algo do outro é diverso, é diversidade.

O ENSINO DA RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA EM SALA DE AULA

Os conhecimentos transmitidos na escola sempre são recriados e



recebem sempre um novo sentido. A formação escolar deve oferecer o desenvolvimento de capacidades para usufruir as manifestações de sua comunidade que interage entre o saber formal e os demais saberes, entre o eu se aprende na escola e o que traz consigo para o espaço do saber escolar em processo contínuo e permanente de aquisição de saberes. No quesito educação, a religião de matriz africana tem muito a nos ensinar, socializa através do conhecimento que é passado de geração em geração de família para a continuidade do seu saber e manutenção de sua família, onde toda a religião carrega uma teologia pedagógica.

A religião tem práticas relacionada à preservação manutenção de bens e valores como a ancestralidade, família, identidade, igualdade, diversidade como valores instaurados na Religiosidade de Matriz Africana.

A religião de matriz africana tem na sua função de seus sacerdotes e sacerdotisas a formação educacional integral em um aspecto que o corpo e a mente, o espírito, a vida ética, filosófica e religiosa, onde desde cedo crianças aprendem que os princípios que norteiam a formação do homem por toda a vida. Temos que afastar as ideias hegemônicas, pois não existem tradições religiosas, nem melhores ou piores superiores ou inferiores e a tradição religiosa faz parte do universo cultural de um povo. Trazendo como único dispositivo referente à Educação brasileira, o caráter laico do ensino nas instituições oficiais. Até então tenhamos a religião como uma constituinte dos grandes "aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da igreja. Dessa forma, a constituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido e o que se faz na escola é o ENSINO DE Religião Católica Apostólica Romana" (PCNER, 1996).

É pretencioso pensar o mundo a partir de uma única tradição religiosa, o mundo jamais terá uma única cultura e jamais terá uma



tradição religiosa. Conhecer a importância de uma tradição religiosa, o mundo jamais terá uma única cultura, precisa conhecer a cultura na qual ela nasceu e como se constituiu no processo civilizatório daquele povo ou nação.

Atualmente permite clamar pela liberdade e diversidade e conhecimento como ferramenta importante para a educação das relações étnico raciais ao respeito à população afro descendente existente. O cotidiano escolar é o espaço onde os sujeitos podem partilhar experiências dos seus grupos em sua diversidade, apenas no olhar um para o outro, se permite a constatação de que todos são diferentes, trazendo a consciência que todos somos iguais, mais somos diferentes. Ensinar a popularidade ou viver a popularidade? (PCN's, 2001, 57).

A diversidade étnico-racial é uma temática bastante discutida na atualidade e principalmente a afro-brasileira e africana, tornando-se imprescindível a reflexão sobre as práticas curriculares.

{...} No que diz respeito às relações étnico raciais ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (CNE/CP,2004).

A escola reforçou estereótipos, além de contribuir efetivamente na construção e disseminação de uma ideologia eurocentrista corroborando com o mito da inferioridade, omitindo os conteúdos relacionados à história do país relacionados à população negra e a contribuição do continente africano para a civilização humana e o seu desenvolvimento global.

Segundo SILVA , (2005,P.25) A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo sem referência ao seu passado de



homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar do que foi organização sócio política econômica e cultural da África pré-colonial e também sobre a luta das organizações negras, hoje no Brasil e nas Américas.

Por conta do contexto histórico o movimento social negro desde os anos 70 apresenta uma pauta de reivindicação de alteração da abordagem sobre a cultura negra e sobre a África na escola e junto as estruturas de Estado, onde a proposta do movimento foi atendida em sua maioria com a assinatura da lei 10.639/03, onde altera dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 tornando obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e particular e como forma de regulamentar a Lei em 2004 foi assinado o parecer 003/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.

PRECONCEITO

A discriminação e preconceitos contra as religiões de matrizes africanas culturais que existe na sociedade brasileira, fruto de uma história que não soube dar o devido valor a cultura afro -e contribui para a falta de respeito para com a mesma, ocorre desde o princípio da colonização brasileira. Fruto de um processo histórico na sociedade brasileira que transmitiu o conhecimento sobre a África os povos africanos e a cultura afro-brasileira de forma subestimada, muitas vezes enfatizando seu sofrimento, sua pobreza social e econômica de forma generalizada e deixando de lado seu potencial, sua riqueza, seus valores,



sua cultura e sua tão importante contribuição para a formação da Sociedade brasileira. Para matos (2012, p. 155), “Os africanos influenciaram profundamente a Sociedade brasileira e deixaram contribuições importantes para o que chamamos hoje de cultura afro-brasileira”.

As formas que os descendentes africanos possuem para expressar sua fé são apenas uma parte da sua cultura que precisa ser valorizada, para assim dar fim ao racismo religioso existente atualmente no Brasil.

Desenvolver planos de ensino na qual são elaboradas propostas de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas junto aos educandos com o intuito de apresentar os problemas de intolerância religiosa que vivem os povos pertencentes a cultura afro-brasileira e a desenvolver ações sobre este problema pode ser amenizado. Através do conhecimento se desenvolva o respeito a valorização por esta cultura e que as informações erradas transmitidas pelo senso comum e pela cultura popular pode ser superada, contribuindo assim para a construção de uma Sociedade mais tolerante e aprenda a aceitar e respeitar as diferenças.

Ainda hoje, no Brasil, há uma grande desigualdade étnico-racial, consequência não apenas da discriminação racial, realizada no passado, mas, também de um processo social, que transmitiu ao longo da história estereótipos discriminatórios para com essa cultura. Mesmo tendo se passado tanto tempo desde que as religiões de matrizes culturais africanas passaram a fazer parte da cultura Afro-brasileira no Brasil, ainda persiste um olhar de A Lei e preconceito para com as mesmas.

A Lei nº 10.639/03 de 2003 que torna o ensino da História e Cultura Afro-brasileira obrigatório na Educação brasileira como forma de conhecer a história deste povo e sua importância para a formação da Sociedade do Brasil. Conhecimento que vem contribuir para que

qualquer tipo de preconceito e discriminação que exista contra a cultura afro-brasileira possa ser amenizado e os constantes relatos e notícias sobre a violência contra as religiões afro-brasileiras também passam ser combatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a intolerância religiosa contra as religiões de matrizes africanas e culturais na atualidade, analisando sua ocorrência e procurando compreender porque ela se faz presente na Sociedade brasileira, os problemas de preconceito e discriminação que enfrentam ao praticar sua fé e que esta intolerância remota desde os primeiros contatos dos povos africanos pudesse ser trabalhado com alunos visando que educandos pudessem compreender os problemas de intolerância religiosa enfrentados pelos praticantes de religiões de Matrizes Culturais Africanas, procurando entender a raiz do problema e encontrar caminhos que pudessem contribuir para amenizar esta ocorrência. A escola, que é o lugar dos diferentes entre si por natureza, deveria ser o lugar mais preparado para não só lidar, mas também para aprender profundamente com essas diferenças, infelizmente não é.

Torna-se importante que os educandos possam aprender a compreender sobre a história da cultura africana e afro brasileira para que assim possa respeitar e valorizar suas crenças. Os alunos do presente são o futuro da Sociedade e conseqüentemente, são estes sujeitos que ou promoverão a continuidade do preconceito e da discriminação ou contribuição para acabar com este problema e para que seja alcançado é preciso que aprendam na escola a importância desta cultura para o Brasil.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. SEPIR. INEP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER)** São Paulo: AMedições, 1997.

BRASIL. **Resolução n. 01 de 17 de junho de 2004.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

BRASIL. **Parecer n. 03 de 10 de março de 2004.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

COLL, C. POZO, J.; SARABIA, B.; VALLS, E. **Os conteúdos na reforma. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.** Porto Alegre, Armed, 1998.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Escola e laicidade: o modelo francês. **Interações-cultura e Comunidade**, v. 3. 4, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. Religiosidade. In _____ **História e cultura afro-brasileira.** 2 ed. São Paulo: contexto, 2011. p. 155-171

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente.** Fortaleza: LCR, 2003.

SILVA, Allyne Andrade e. **Justiça e Educação das Relações Raciais: possíveis contribuições do sistema de justiça para a efetivação da lei 10.639/2003.** In: CARREIRA, Denise; SILVA, Allyne Andrade e (Org.). **Educação das Relações Raciais: balanços e desafios da implementação da lei 10.639/2003.** São Paulo: Ação Educativa, 2016. P.120-155.